



Inserção soberana

2005



## 1) Representação diplomática e consular no exterior

Para 2005 está prevista a criação ou a reativação dos seguintes postos: missões junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa), delegação para o Desarmamento e Direitos Humanos em Genebra (Suíça) e missão permanente junto às Nações Unidas em Viena (Áustria); embaixadas em Adis-Abeba (Etiópia), Iauandê (Camerun), Dar-Es-Salam (Tanzânia) e Astana (Belarus); e consulados e vice-consulados em Genebra (Suíça), Beirute (Líbano), Bella Unión (Uruguai), Iquitos (Peru), Puerto Ayacucho (Venezuela), Marselha (França) e Faro (Portugal). Também está prevista a aquisição ou a construção de Próprios Nacionais, segundo decisão do Tribunal de Contas da União, para abrigar a missão em Nova Iorque (junto à ONU), as Embaixadas em Abuja (Nigéria), São Tomé (São Tomé e Príncipe), Londres (Inglaterra), Havana (Cuba), Maputo (Moçambique), Islamabade (Paquistão) e Bogotá (Colômbia) e o Consulado-Geral no Porto (Portugal), e a continuidade ao processo de inscrição no INSS dos contratados locais no exterior, regularizando sua situação trabalhista e previdenciária.

## 2) Assistência a brasileiros no exterior

A Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEC) foi criada em abril de 2004 para atender às comunidades brasileiras no exterior. Com o mesmo propósito, está prevista a abertura, em 2005, de novas repartições consulares: vice-consulados em Puerto Ayacucho (Venezuela) e Iquitos (Peru), importantes regiões fronteiriças e áreas de grande concentração de garimpeiros brasileiros; e consulados-gerais em Atlanta (Estados Unidos), onde vivem cerca de 45.000 brasileiros, Genebra (Suíça), permitindo uma redução na excessiva demanda em Zurique, na Suíça, Beirute (Líbano), e Newark (Estados Unidos), onde o número de brasileiros já supera 50 mil cidadãos.

Está em curso a modernização da rede consular, que inclui a substituição das estampilhas consulares e das atuais etiquetas de vistos por modelos com características de segurança adequadas, e um projeto de informatização das rotinas consulares em toda a rede de repartições brasileiras no exterior.

Têm sido mantidos entendimentos diretos com os governos do Japão, de Portugal e do Suriname, com vistas ao equacionamento das demandas dos numerosos cidadãos brasileiros residentes nesses países.

### 3) Ação contra a Fome e a Pobreza

Por iniciativa do Presidente da República, e com o apoio dos Presidentes da França, do Chile e do Governo da Espanha, além do Secretário-Geral da ONU, foi realizada, à margem da Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Encontro de Líderes Mundiais para uma Ação contra a Fome e a Pobreza, que contou com a participação de mais de 50 Chefes de Estado e de Governo, e no qual foi firmada a Declaração de Nova York por 111 delegações.

### 4) Haiti

A presença brasileira no Haiti está ancorada no tripé presença militar–reconciliação política–desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, foi realizado, em 18 de agosto de 2004, o Jogo da Paz, entre as duas seleções nacionais de futebol. Essa data foi declarada Dia da Paz no Haiti.

O Brasil vem desenvolvendo importante programa de cooperação técnica com impacto sobre a agricultura familiar, a recuperação da estrutura aeroportuária, o treinamento em defesa civil, os esportes e a fabricação de artigos desportivos, o desenvolvimento florestal e a recuperação de áreas degradadas, implantação de postos de saúde e o tratamento integral para portadores de Aids/HIV. Além disso, foi enviada missão do Tribunal Superior Eleitoral àquele país, em dezembro, para apoiar a preparação das eleições gerais, cruciais para a superação da crise política, que deverão acontecer em 2005.

Encontram-se em estudo ações em cooperação com os governos do Canadá, no setor de saúde e de reflorestamento; da França, nas áreas de saúde e agricultura; e da Espanha.

As tropas da Brigada Brasileira engajaram-se ainda mais fortemente em atividades de caráter humanitário no Haiti, com a reforma da escola primária Duque de Caxias e a distribuição de 15.000 kits escolares (bolsa, caneta, lápis, borracha, apontador, estojo e caderno) a alunos da rede pública de ensino da periferia de Porto Príncipe.

### 5) Organização das Nações Unidas

O Brasil teve atuação participativa e independente nas Nações Unidas. Em 2004, deu início ao exercício do mandato como membro não-permanente do Conselho Permanente (2004/2005) e foi eleito para Conselho Econômico e Social, em outubro, para o mandato 2005/2007.

A atuação diplomática brasileira na ONU caracterizou-se sólida em favor da paz e da cooperação internacional para a erradicação da fome e da pobreza, do reforço do multilateralismo e de maior participação dos países em desenvolvimento em decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em particular nas questões críticas para os países em desenvolvimento.

O Brasil atribui especial importância à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na medida em que se trata da instância com poder decisório sobre a condução de uma crescente gama de questões da agenda internacional. O Brasil tem assim defendido uma reforma que confira maior representatividade e legitimidade ao Conselho de Segurança, e vem procurando, coerentemente com esses princípios, consolidar sua candidatura a membro permanente. A formação do Grupo dos Quatro (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) impulsionou a proposta de expansão do CSNU, com a criação de novos assentos permanentes, inclusive para países em desenvolvimento. Numerosos países de todos os continentes expressaram apoio à inclusão do Brasil como membro permanente em um Conselho de Segurança ampliado.

## 6) Direitos Humanos

O Brasil apresentou relatórios ao Comitê da Convenção Internacional para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e ao Comitê dos Direitos da Criança.

Ratificou também dois protocolos facultativos à Convenção dos Direitos da Criança, um referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, e outro referente à participação de crianças em conflitos armados.

No âmbito da Comissão de Direitos Humanos, foram reapresentadas e aprovadas três resoluções de iniciativa do Brasil: direito à saúde, acesso a medicamentos e incompatibilidade entre democracia e racismo.

## 7) Meio Ambiente

Merece destaque a ação do Governo Brasileiro em prol da ratificação pela Rússia do Protocolo de Quioto, em novembro último, que levará à entrada em vigor daquele instrumento em fevereiro de 2005. O Brasil tem interesse na implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) previsto no Protocolo, que permitirá investimentos em projetos em países em desenvolvimento para a redução de emissões de gases de efeito-estufa. Em 2004, o Brasil assinou Memorandos de Entendimento com o Canadá, a Itália e os Países Baixos, para estimular a

realização, no Brasil, de projetos do MDL. Estão em negociação Memorandos similares com Alemanha, França, Japão, Espanha e Áustria, com vistas à sua assinatura em 2005. Houve, em Buenos Aires, em dezembro de 2004, a Décima Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, ocasião em que o Brasil apresentou sua primeira comunicação nacional à Convenção, com grande repercussão internacional.

Com a Rússia, foi assinado, durante a visita do Presidente Putin ao Brasil, em novembro de 2004, Memorando de Entendimento sobre cooperação para o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites brasileiro e modernização do CLA, que abre a perspectiva de desenvolvimento conjunto de tecnologias espaciais, de interesse estratégico para o País. Com a Argentina, foram dados importantes passos para o relançamento da cooperação espacial bilateral.

O Brasil atuou no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em defesa da soberania dos países sobre seus recursos naturais e do uso sustentável da biodiversidade e, em conjunto com os demais países megadiversos – como Índia, China, África do Sul e países amazônicos – apoiou o início de negociações de um regime internacional, para que os benefícios auferidos com a exploração de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais sejam repartidos, de forma justa e equitativa, com os países de origem desses recursos e com as comunidades detentoras dos conhecimentos tradicionais associados. As negociações sobre o regime internacional, a começar em 2005, terão profundos reflexos ambientais e socioeconômicos.

Outro fato de relevo no campo ambiental no período 2003/2004 foi a decisão brasileira de aderir ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. A dupla condição de País megadiverso e grande exportador agrícola confere realce e peso específico à participação brasileira no quadro desse importante instrumento internacional. O Brasil sediará em 2006, conjuntamente com a Oitava COP da Convenção sobre Diversidade Biológica, a Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena.

## 8) Terrorismo, corrupção e narcotráfico

O Brasil intensificou sua ação no campo do combate à corrupção com a participação nas três reuniões do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), que busca implantar práticas e regulamentação destinadas a prevenir a lavagem de dinheiro e combater a corrupção. O acompanhamento da questão do terrorismo internacional prosseguiu igualmente, mediante participação do Brasil nas duas reuniões da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sobre segurança da aviação civil, na reunião plenária do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, nas reuniões do Mecanismo 3 + 1, sobre a Problemática da Tríplice Fronteira de

Foz do Iguaçu, com Argentina, Paraguai e Estados Unidos, e das seis reuniões do Grupo Especializado e Permanente de Terrorismo do MERCOSUL.

O Brasil assumiu a Presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção e se realizaram as reuniões das Comissões Mistas Antidrogas com os governos da Bolívia, da Colômbia, de Cuba, do Paraguai e do Uruguai, quando foram adotadas medidas concretas de harmonização legislativa e de cooperação para o controle de desvio de precursores químicos, no foro de drogas do MERCOSUL (Rede Especializada de Drogas).

### 9) Promoção cultural

A política cultural externa atribui prioridade à América do Sul, seja em atividades de difusão cultural propriamente ditas, seja no aperfeiçoamento da rede de ensino de português no exterior, que conta com 15 Centros de Estudos Brasileiros (CEB) e nove Institutos.

Em 2004, o Itamaraty apoiou a participação brasileira em cerca de 50 festivais internacionais de cinema. Foram criados pólos de promoção do cinema brasileiro no exterior, nas Embaixadas em Lima, Buenos Aires, Santiago e México. Em 2005 serão criados outros quatro. Foram organizadas duas mostras audiovisuais itinerantes: Glauber Rocha, em Buenos Aires, Montevidéo, Bogotá e Havana, e Brasil Plural (cinema contemporâneo), em Munique, Viena, Frankfurt, Zurique, Berna, Berlim e Freiburg.

Para 2005, destaca-se o Ano do Brasil na França, em parceria com o Ministério da Cultura, que levará a diversas cidades francesas uma programação cultural sobre o País. Está sendo concretizada a participação brasileira na Feira Internacional do Livro de Havana, que terá o Brasil como País-tema, em fevereiro.

### 10) XI UNCTAD

Em 2004, a política externa brasileira distinguiu-se, em matéria de comércio e desenvolvimento, com a realização da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em São Paulo, em junho. A Conferência teve como tema principal a maior coerência entre as estratégias nacionais de desenvolvimento e os processos econômicos globais, com vistas à promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável, com foco nos países em desenvolvimento, em especial nos de menor desenvolvimento relativo. O Brasil teve atuação destacada, tendo contribuído decisivamente para a elaboração dos documentos “O Espírito

de São Paulo” e “O Consenso de São Paulo”, em que se destacou que a manutenção de um espaço de manobra para as políticas públicas é requisito indispensável para que se consiga conciliar os ganhos e desafios da globalização, como aqueles oriundos do comércio exterior, com os objetivos do desenvolvimento econômico e social.

Em 2005, a UNCTAD deverá nortear suas ações pelos dois documentos adotados em São Paulo, o que orientará suas atividades para os estudos analíticos, cooperação técnica, debates e formação de consensos com vistas a promover maior integração dos países em desenvolvimento (PED) à economia internacional, sobretudo no que tange às negociações multilaterais de comércio. Também caberá à UNCTAD prestar assistência técnica aos países em desenvolvimento que participam da Terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), lançada durante a XI Conferência, e conhecida como a Rodada São Paulo, iniciativa para fortalecer e aprofundar o comércio sul-sul e conferir maior dinamismo às trocas comerciais no mundo em desenvolvimento.

## 11) Organização Mundial do Comércio (OMC)

A atuação do Brasil na OMC refletiu a prioridade dada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao êxito da Rodada Doha. Nesse período, ilustram a participação ativa do Brasil na Organização a atuação do G-20, os esforços para a aprovação do Pacote de Julho, especialmente desde a Conferência Ministerial de Cancun e, mais recentemente, o lançamento da candidatura de um representante do Brasil ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

A criação do G-20 representou um ponto fundamental de inflexão nas negociações na OMC. Constituído em agosto de 2003, pouco antes da V Conferência Ministerial de Cancun, o Grupo contribuiu, de maneira decisiva, para a revitalização da Rodada Doha e do multilateralismo. Por sua capacidade de articulação política assentada em sólidos argumentos técnicos, propiciou um veículo eficaz para a defesa de negociações genuinamente substantivas sobre agricultura, que melhor atendam aos interesses agrícolas do País e de muitos outros países em desenvolvimento. Sua atuação, coordenada pelo Brasil, foi central para a adoção do Pacote de Julho pelo Conselho da OMC, em 2004, que dá novo ímpeto às negociações.

Impulsionados pela atuação do G-20, os países em desenvolvimento alcançaram maior participação no processo negociador. O Brasil, junto com a Índia, passou a integrar grupo de cinco atores – ao lado dos Estados Unidos, União Européia e Austrália – que desempenharam função preponderante no estabelecimento das bases sobre as quais se assentou a decisão final

do Pacote de Julho. Assim, países em desenvolvimento foram integrados, pela primeira vez, ao centro do processo decisório de uma rodada de negociações comerciais multilaterais.

O Pacote de Julho reúne acordos-quadro nos principais temas da Rodada. Em agricultura, vinculou avanços em outras áreas de negociação (acesso a mercados de bens industriais e serviços, por exemplo) a progressos proporcionais em matéria agrícola. Graças a isso, pode-se esperar um desfecho bem-sucedido da rodada Doha, em bases equilibradas e justas, na VI Conferência Ministerial, em Hong-Kong, no final de 2006.

Em 2005, o Brasil deverá trabalhar para manutenção da unidade do G-20 e, paralelamente, avançar nas discussões técnicas em todas as áreas negociadoras.

## 12) Contenciosos na OMC

O Brasil consolidou-se como um dos principais atores do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio, figurando como o País em desenvolvimento que mais vezes participou de procedimentos ao amparo do referido sistema. No período 2003-2004, o Brasil foi demandante em oito contenciosos e acompanhou, de forma ativa, como terceira parte, dezesseis outros. Não houve demandas contra o Brasil no mesmo período.

Nos seis contenciosos que já foram objeto de decisão no âmbito da OMC, o Brasil obteve ganho de causa. No contencioso com os EUA sobre suco de laranja, a solução alcançada – que exigiu alteração da legislação do Estado da Flórida prejudicial à citricultura brasileira – foi amplamente favorável aos interesses do País. Destacam-se ainda os resultados positivos obtidos nos contenciosos do algodão, com os Estados Unidos, e do açúcar, com as Comunidades Européias. Em ambos os casos, que se encontram atualmente em etapa de apelação, o Brasil buscou essencialmente o cumprimento, por parte de nossos parceiros comerciais, dos compromissos por eles assumidos na Rodada Uruguai.

Em 2005 o Brasil deverá continuar agindo pelo fortalecimento do sistema multilateral de comércio, utilizando o recurso ao órgão de solução de controvérsia de forma a defender os interesses econômicos brasileiros dentro de um marco legal previsível, transparente e não-discriminatório, consagrado nos acordos da OMC.

### 13) Promoção comercial

As visitas do Presidente da República ao exterior têm sido normalmente acompanhadas de programação empresarial, a exemplo dos seminários de investimentos realizados em Genebra, em janeiro, e Nova Iorque, em junho de 2004. Também foram organizados, em 2004, 48 missões e seminários com empresários no exterior e 13 eventos similares no Brasil. Em maio realizou-se a maior missão empresarial brasileira de que se tem registro, com cerca de 460 empresários, à China. No âmbito da visita do Vice-Presidente José Alencar à Rússia, Romênia e Portugal, em outubro de 2004, foram realizados, naqueles países, quatro seminários empresariais, também com significativa assistência.

As estatísticas demonstram aumento do comércio com os países visitados pelo Presidente Lula: mais 36% nas exportações brasileiras para os países da África Austral; com os países árabes, aumento de 63% e, com a América do Sul, as exportações cresceram mais de 60%, em 2004, sobre 2003.

Realizou-se, ainda, em janeiro de 2005, em Davos, por ocasião do World Economic Forum (WEF), seminário que reuniu, em torno do Presidente da República, cerca de 200 presidentes de grandes empresas. É provável que eventos com formatos semelhantes tenham lugar no Japão e na Coreia, em maio de 2005, por ocasião da visita presidencial àqueles países, bem como na Rússia, em setembro vindouro.

A integração com a América do Sul deve prever mecanismos que estimulem as exportações dos países vizinhos para o Brasil. O Presidente da República determinou ao Itamaraty que iniciasse um programa de substituição competitiva de importações, com informações sobre oportunidades objetivas de negócios e a promoção de contatos entre os setores empresariais sul-americanos – o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI). Em 2004 foram feitas apresentações sobre o Programa no Equador, Colômbia e Guiana, e realizada, em junho, em São Paulo, a I Macro-Rodada de Negócios, com a participação de cerca de 400 importadores brasileiros e exportadores sul-americanos.

No âmbito do MERCOSUL, já foram realizadas sete sessões da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL (REPCCM), resultando na participação conjunta dos quatro países-membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) em feiras como a Seoul Food 2004 e o Salão Internacional de Alimentação, em Paris, em outubro de 2004. Na Embaixada do Brasil em Berlim funciona o Centro de Promoção Comercial Conjunta dos quatro países.

Por sua vez, a BrazilTradeNet – mais importante instrumento disponível na Internet sobre oportunidade de negócios em comércio exterior e investimentos no Brasil – vem passando por sucessivas reprogramações, com vistas a melhorar seu desempenho. A mais recente, iniciada em 2003, possibilitará a expansão do sistema pelos próximos seis anos.

#### 14) Cúpula América do Sul – Países Árabes

A Cúpula América do Sul – Países Árabes, prevista para maio, no Brasil, dará ocasião a um seminário empresarial e a uma feira de investimentos, nos quais os países sul-americanos poderão oferecer oportunidades de negócios a investidores e financistas dos países árabes. Ademais, encontra-se em elaboração o guia “Como Exportar”, para 17 países árabes, e que também será publicado em língua espanhola.

No plano cultural, estão sendo programadas atividades que vão do cinema à fotografia, da literatura à gastronomia, sem omitir a música. No cinema, deverá ser realizada uma mostra de filmes árabes e outra de filmes sul-americanos. No campo da fotografia, fotógrafos de todos os países sul-americanos foram convidados a registrar a influência da cultura árabe em seus países, para uma exposição a ser sediada no Centro Cultural Banco do Brasil (Brasília).

#### 15) MERCOSUL

Em 2004, o Governo buscou, juntamente com os demais sócios do MERCOSUL, avançar nos compromissos estabelecidos no Programa de Trabalho para 2004-2006, com o objetivo de reconstruir a união aduaneira do MERCOSUL e lançar as bases para o mercado comum. O Presidente da República determinou que o fortalecimento do MERCOSUL constitua a prioridade central da política externa, a partir de aliança estratégica com os demais países da região, e da construção de um espaço integrado da América do Sul.

O Brasil exerceu a Presidência Pro-Tempore do MERCOSUL e organizou e conduziu aproximadamente 100 reuniões dos foros oficiais do MERCOSUL, culminando, em dezembro, na XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum e na Reunião de Presidentes do MERCOSUL, realizadas, respectivamente, em Belo Horizonte e em Ouro Preto.

Já no âmbito das negociações comerciais extra-regionais, o MERCOSUL concluiu, em 2004, acordos de comércio preferencial com a Índia e com a União Aduaneira da África Austral (SACU), que reúne a África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Os acordos constituem o primeiro passo para o livre comércio com os mencionados parceiros.

A ampliação dos relacionamentos comerciais do País incluiu, em 2004, o início de negociações de acordos de comércio preferencial do MERCOSUL com o Egito e com o Marrocos, bem como de entendimentos comerciais com os países em desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe –, com vistas à celebração de acordos de livre comércio entre os países dos dois blocos (CPLP e MERCOSUL).

A meta para 2005 é dar continuidade à implementação do Programa de Trabalho 2004-2006, de forma a aprofundar o processo de integração regional, com plena colaboração ao Paraguai, que exercerá, no primeiro semestre, a presidência pro-tempore do MERCOSUL, e ao Uruguai, que a terá no segundo semestre. Sendo que as metas de negociações extra-regionais incluem: a entrada em vigência dos acordos de comércio preferencial com a Índia e com a SACU e seu aprofundamento; negociações comerciais com Egito, Marrocos e os países em desenvolvimento da CPLP; a continuidade do processo negociador para a conformação do Acordo de Associação Inter-Regional Mercosul-União Européia e o prosseguimento dos mecanismos de diálogo comercial com diversos parceiros.

Também merece destaque a ativação, em 2004, das linhas do Correio Aéreo Nacional (CAN) e sua contribuição para a integração na área do MERCOSUL e para a aproximação dos países sul-americanos. Assim, foi reativada a primeira linha internacional do CAN, entre as cidades de Brasília, Assunção, Buenos Aires e Montevideú.

## 16) Programa Calha Norte

No âmbito do Programa Calha Norte, que cobre uma área equivalente a 25% do território nacional, foram executadas obras de infra-estrutura voltadas para comunidades carentes nos Municípios da calha norte do Rio Amazonas. Ao todo, foram firmados 49 convênios com prefeituras da região no valor de R\$ 23,6 milhões, para realização de obras dessa natureza.

Ainda com relação ao Calha Norte, ressalta-se que a sua área de abrangência foi ampliada, passando a cobrir agora 151 Municípios, sendo 95 na faixa de fronteira, em seis Estados, com uma população de cerca de 5,3 milhões de pessoas, incluindo 30% da população indígena do Brasil. Em 2005, será intensificada a celebração de convênios com as prefeituras municipais da região, visando à execução de obras de infra-estrutura nas áreas de saneamento básico, educação, saúde e transporte.